

ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE - MA

REF.PROC. N ° 0101.04634.2019

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação.

ASSUNTO: Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios, perecíveis e não perecíveis destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para o Município de Vargem Grande/MA.

PARECER CONCLUSIVO 019/2020 - CPL/ASSEJUR

➤ **Relatório:**

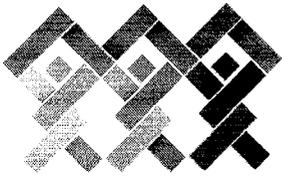
Veio a conhecimento da Assessoria Jurídica do Município a existência do processo **0101.04634.2019**, para a análise quanto à legalidade para a Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios, perecíveis e não perecíveis destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para o Município de Vargem Grande/MA.

• **Do Controle Interno**

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, “realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das Unidades do Tribunal, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia”.

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise manifestação.

• **Limites para determinação da modalidade**



A realização de licitação na modalidade Pregão é aplicável para a contratação de bens e serviços comuns, independente do valor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o que se aplica ao caso em tela, uma vez que o objeto licitado é Serviços. As modalidades podem ser definidas de acordo com o art. 22, da Lei nº 8.666/93. Porém optou-se por utilizar o Pregão, visto a sua garantia de isonomia.

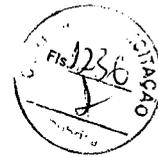
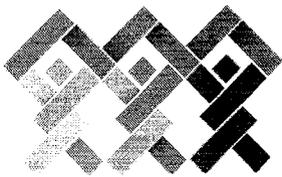
Vale destacar, para fins de verificação da adequação da modalidade utilizada, posicionamentos do TCU, a seguir:

“Utilize, sempre que possível, a modalidade de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e de qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, podendo, todavia, adotar outra modalidade, mas, neste caso, desde que a escolha seja devidamente justificada.” **Acórdão nº 2.900/2009 – Plenário;**

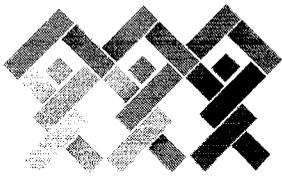
“Verifica-se, portanto, que o principal aspecto a ser observado no que se refere a opção pela modalidade de pregão e a possibilidade de se imprimir que se ressaltar que os procedimentos executados pela Administração Pública para realização do pregão devem também obedecer aos princípios norteadores de todo ato administrativo, em especial, aqueles previstos no art. 37, caput, da Lei Maior.” **Acórdão nº 1182/2007 – Plenário.**

- **Análise do Processo:**

O procedimento administrativo instaurado para a realização da licitação na modalidade Pregão sobre o sistema de Registro de Preço, cuja regulamentação consta na Lei nº 10.520/02, está instruído com as seguintes peças, em cumprimento ao art. 38 da Lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação:



- Solicitação de abertura de licitação feita pela Secretaria Municipal de Educação, onde a finalidade é a Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios, perecíveis e não perecíveis destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para o Município de Vargem Grande/MA;
- Pesquisas de preço para media de preços auferidos no mercado ;
- Portaria - designação do Pregoeiro e equipe de apoio;
- Minuta do edital e contrato;
- Parecer da Consultoria Jurídica – sobre o procedimento licitatório conjunto e referente à minuta do edital e contrato;
- Publicação do Aviso de Licitação para ser realizado a sessão no dia 23 de Janeiro de 2020;
- A convocação dos interessados ocorreu por meio da publicação do Edital – e-DOM, DOE e Jornal de grande circulação e, em seguida, prosseguiram-se as fases subsequentes;
- No dia 23 de Janeiro de 2020 se deu o recebimento do credenciamento de todas as empresas presentes no certame. Logo após o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio solicitou a entrega dos Envelopes N° 01 (Proposta de Preços) e Envelope N° 02 (habilitação), onde os mesmo foram vistoriados e rubricados pelos representantes da empresas presentes. O Pregoeiro SUSPENDEU a sessão e em momento posterior remarcaria a sessão;
- A sessão do Pregão Presencial SRP N° 002/2020 fora remarcada para o dia 11.02.2020, onde todas as empresas foram devidamente comunicadas;
- Na data supramencionada, ocorreria a reabertura da sessão do Pregão Presencial SRP N° 002/2020, onde inicialmente fora divulgado o resultado do Credenciamento e Descredenciamento das empresas. Logo após o Pregoeiro e sua Equipe de apoio realizou a abertura dos Envelopes N° 01 (Proposta de Preços), onde os mesmos foram vistoriados e rubricados pelos representantes das empresas presente. Em seguida o Pregoeiro



informa aos presentes que irá SUSPENDER o certame com base no item 5.13 do Edital, para as devidas informações e cadastramentos das Propostas de Preços ora apresentadas no Sistema de Licitação do Município. O Pregoeiro informou também que oficializará a data da reabertura da sessão para fase de lances;

- A sessão do Pregão Presencial SRP N° 002/2020 fora remarcada para o dia 13.02.2020. Nesta data o Pregoeiro deu reinício a sessão, informando as empresas aptas a ofertarem lances, com resultado das Propostas de Preços. Após a fase de lances, procedeu-se a abertura do Envelope N° 02 (Documentos de Habilitação), onde os licitantes presentes realizaram as análises e rubricas. Após sucinta análise da documentação apresentada, foram consagradas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio as empresas **U B T MENDES - ME, SUPERMERCADO JANAINA EIRELI, A.A DE CARVALHO COMERCIO - ME, P.I.C. ARAUJO EIRELI e ALMEIDA SUPERMERCADOS** como vencedoras do certame cada uma em seus itens, conforme mapa constante nos autos;

Desse modo, observa-se que o procedimento adotado está em conformidade com os ditames da lei, bem como a documentação encontra-se legalmente habilitada para efetivação do referido processo. O processo foi adjudicado em 14 de Fevereiro de 2020 e deverá ser encaminhado, para Homologação dos resultados.

Encaminhe-se para Homologação, empenho, contrato e publicação do Extrato de Contrato.

É o Parecer.

Vargem Grande - MA, 21 de Fevereiro de 2019.


Hugo Raphael Araújo de Mesquita
Assessor Jurídico/CPL
OAB/MA 17.018